I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

17 a 20 setembro 2025

Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas

Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi | UNEB Universidade do Estado da Bahia | NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão | PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

ENCONTROS DE UMA TRAVESSIA: UMA CARTA PARA MULHERES QUE REEESCREVEM SUAS HISTÓRIAS

Aline Santos da Costa
Secretaria Municipal de Educação, Guanambi, BA, Brasil
alinecostaesp123@gmail.com
Marciele Neres de Jesus
Secretaria Municipal de Educação, Guanambi, BA, Brasil
marcieleneres@gmail.com

FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ÉTNICO-RACIAL, INTERCULTURAL, DECOLONIAL, ANTIRRACISTA, FEMINISTA E AMBIENTAL NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Às mulheres pretas que vieram antes de nós, às que caminham conosco e às que virão depois,

O ano era 2023, setembro, precisamente no dia 5. Duas mulheres pretas, vítimas das mazelas do racismo, militantes e estudiosas das causas raciais, decidiram tecer nesta carta pedagógica, os caminhos que levaram o encontro das suas experiências de vida. Em singelas linhas, um pouco de suas histórias, suas dores e suas vitórias que muito se assemelham, foram descritas. Porque, nesse caminhar, mesmo diante de inúmeros percalços e dores que atravessam nossas trajetórias, nós nos tornamos vitoriosas por seguirmos em frente. E seguir em frente, para nós, mulheres pretas, é sempre um ato de rebeldia.

Sem mais delongas e para dar início à nossa escrita, recorremos às sábias palavras de Gloria Anzaldúa, para expressar tudo o que há muito tentava nos calar: “[...] porque o mundo que criamos na escrita compensa o que o mundo real não nos dá” (Anzaldúa, 2000, p. 232).

Vindas de lugares distintos, porém com sonhos e lutas semelhantes, duas jovens pretas se encontraram na tão sonhada universidade. O ano em que ocorrera esse encontro, foi 2015, e

até aquele momento, o acesso ao Ensino Superior era algo distante, quase impossível. Filhas de pais e mães lavradores(as) e vindas de diferentes comunidades quilombolas, nossas histórias se assemelham e se entrecruzam nas vivências em nossas comunidades, nas escolas e na universidade. E juntas, reverberamos nossas vivências em palavras que, ora doces, ora amargas, denunciam essa realidade dura que atravessamos e, ao mesmo tempo, celebram a força que nos move.

Crescemos em lugares marcados pela luta e pela resistência de nossos antepassados. Lugares estigmatizados, alvos de apontamentos racistas que, com o tempo, refletiram na negação da nossa imagem e na falta de representatividade positiva. Essa ausência, inevitavelmente, alimentou o desejo de fuga da nossa negritude e a negação de nossa identidade.

Tímidas e privadas de uma educação de qualidade, enfrentamos um ensino precário que, por sermos crianças pobres e pretas, tornava-se ainda mais limitado. E, mesmo assim, ousamos sonhar. Uma de nós sonhava em realizar o desejo do avô — líder quilombola e militante das causas sociais, e ainda que sem saber ler, lutava para mudar a realidade do seu povo. A outra sonhava em melhorar as condições de vida da família e, com isso, abrir novos caminhos para o futuro.

Essas vivências, como nos lembra Anzaldúa, confirmam que “não existe separação entre vida e escrita” (2000, p. 233). Nossas infâncias, vividas em classes multisseriadas, nas comunidades quilombolas de Pindaí-BA e Palmas de Monte Alto-BA, foram o primeiro contato com a educação formal e com o racismo. Ser negro no Brasil, percebíamos já cedo, era visto como algo errado. No entanto, os apelidos pejorativos e racistas que ouvíamos não apagavam, naquele momento, o brilho da infância quilombola, pois ainda não tínhamos consciência do peso do racismo.

Nas escolas do campo, que atendiam da 1ª à 4ª série, o currículo, as atividades, as brincadeiras e até o carinho eram direcionados às crianças brancas. A ausência de representatividade positiva era absoluta: aprendíamos sobre o povo negro apenas como escravizado, e sobre a África, como continente pobre e sofrido. Essa narrativa, repetida e reforçada, construía concepções negativas que ainda ecoam nas escolas e na sociedade.

E mesmo dentro das comunidades quilombolas, o colonialismo se infiltrava, moldando discursos carregados de estereótipos. Alisávamos nossos cabelos desde pequenas para "controlá-los", evitávamos o sol para não "escurecer" mais a pele, e as garotas bonitas, diziam, eram sempre as brancas. Assim, aprendíamos, de forma silenciosa e cruel, que o branco era o padrão e o preto, algo a ser corrigido.

O tempo passou, e chegou o momento de irmos para os anos finais do ensino fundamental I. Nesse momento, era preciso nos deslocar para a cidade, longe do lugar acolhedor da família e da comunidade. O que antes era coletivo e harmonioso, tornou-se distante e fragmentado. O acolhimento quilombola, que fortalecia nossa autoestima e nossos modos de ser e estar no mundo, deu lugar ao estranhamento e à solidão.

Os rituais de passagem, as rezas, as festividades e tradições quilombolas foram ganhando novos significados, após sair daquele lugar e adentrar outros espaços. No início, esse deslocamento nos afastou culturalmente de nossas raízes, pois o olhar colonial tratava tais práticas como algo exótico ou demonizado. Assim, a vergonha e a negação surgiam como mecanismos de defesa contra o racismo.

Durante nossas trajetórias, enfrentamos escolhas difíceis entre trabalhar para sobreviver e estudar para transformar nossas realidades. Mesmo diante da exploração no trabalho doméstico e em lojas, e do racismo que se manifestava na pressão para alisar os cabelos e adequar-se a padrões brancos, o desejo por educação nunca se apagou. Aprovadas no vestibular por meio das cotas raciais, ingressamos na universidade, onde passamos por profundos processos de descoberta e afirmação de nossas negritudes. Reconhecemos os cabelos crespos como símbolos de resistência e buscamos superar a tentativa de inferiorização que perpassaram nossas experiências de vida desde a infância.

Chegar à universidade foi a realização de um sonho coletivo. Sonho que, para povo preto, nunca é apenas individual. A universidade, espaço historicamente negado a nós, tornou-se também palco da nossa resistência. Foi ali que, entre poucas disciplinas que tratavam das questões étnico-raciais, despertou-se em nós a urgência de conhecer e defender a história do nosso povo.

Foram pouco mais de quatro anos dentro do espaço da universidade. No decorrer do curso, discussões acerca das questões étnico raciais começaram a surgir por meio de uma única disciplina, mas já era alguma coisa; e consequentemente o nosso interesse pelo tema também, tendo em vista que tal componente abordava a história do nosso povo, de um modo um pouco mais respeitoso, acolhedor e potente; e então, naquele momento, a universidade para nós, já ganhava um novo sentido. Nós sabíamos que mesmo diante das inúmeras impossibilidades de contar a nossa história, aquele espaço ainda seria o mais apropriado para ecoarmos nossas vozes em busca de uma sociedade justa, e agora, teríamos a sabedoria dos livros para fortalecer a luta.

Entre encontros e desencontros, nossos passos foram percorrendo caminhos muitas vezes inimagináveis, trilhando trajetórias que, para muitos, pareciam improváveis. Em meio às mazelas de uma sociedade que por vezes nos observa com desconfiança e nos rotula como incapazes, que insiste em invisibilizar e marginalizar, somos as mulheres negras que desafiam diariamente os limites impostos por um sistema marcado pelo racismo estrutural, pela desigualdade social e pela falta de oportunidades para o nosso povo.

Passamos por espaços que insistem em reduzir nossos saberes, onde somos vistas apenas pelas nossas dificuldades, e não pela nossa força, inteligência e potencial. Enfrentamos olhares que julgam nossa presença, que questionam nossa legitimidade em ocupar lugares que sempre nos foram negados. Somos, para muitos, a prova viva de que a exclusão é uma política estruturante, mas somos também a existência concreta que essa exclusão não conseguiu silenciar.

Mesmo diante desse cenário desfavorável, construímos nossas histórias com coragem e determinação. Diante dos muros, encontramos fissuras por onde lançamos nossos sonhos. Entre encontros e compartilhamentos que fortaleceram nossa luta e desencontros que testaram nossa existência, aprendemos a caminhar com firmeza, sabendo que cada passo dado é uma vitória contra a opressão.

Somos as bisnetas, netas e filhas de uma geração que nunca se calou. Em cada passo nosso ressoa a força de mulheres que, mesmo diante da escravização, do silêncio e da violência, cultivaram a dignidade e a esperança por dias melhores. Acreditamos que nosso caminhar, por

mais árduo que seja, tem o poder de transformar realidades e inspirar outras mulheres e jovens pretas a se reconhecerem como protagonistas de suas próprias trajetórias.

Assim, seguimos adiante, conscientes de quem somos, de onde viemos e aonde queremos chegar. Quebramos paradigmas e abrimos espaços onde antes só havia muros. Construímos redes de solidariedade e apoio mútuo, onde a nossa negritude é celebrada e afirmada. Nossos passos, mesmo quando hesitantes, são firmes, pois carregam a força da ancestralidade.

E é nesse movimento, entre encontros e desencontros, entre desafios e conquistas, que reafirmamos nossas existências e nossas lutas. Somos aquelas que a sociedade não esperava, mas que se impuseram. Somos a resistência em movimento, a voz que não será silenciada, o futuro que se desenha a partir do presente que ousamos construir.

Hoje, Graduadas e Mestras em Educação, podemos dizer que a universidade pode ser acolhedora. Pois acolheu nossas histórias e nos ajudou a dar novos rumos para elas. A universidade acolhe quando dá espaços para que nossas histórias sejam expostas e ouvidas. Todavia, segrega, pois ainda que nesses espaços pessoas como nós adentrem, a universidade ainda carrega as caras e cores da colonialidade.

E aqui, a nossa palavra é também convocação:

Que outras jovens pretas, ao lerem este escrito, sintam-se tocadas a contar suas histórias. Que suas vozes ecoem nos quatro cantos do país, quiçá do mundo. Pois, como nos lembra Anzaldúa (200, p. 232) a escrita possibilita “registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você”.

Com afeto, resistência e esperança,

Aline Costa e Marciele Neres

Palavras-chave: Mulheres negras; identidade; resistências; ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 229, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880. Acesso em: 12 ago. 2025.